



**PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL
PORTO RICO –PR
2018 A 2021.**

SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PORTO RICO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Milton Meure da Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Hélio Barbieri

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lurcinei Alves Correia Smith

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Juliana Reberti Junqueira Machado

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Luzia Colhera Volpato

SECRETARIO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Antônio Salvador Craici

SECRETARIO MUNICIPAL DO TURISMO

José Ângelo dos Santos

**GRUPO DE TRABALHO DE ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E
ACOMPANHAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PORTO RICO-PR.**

SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Representantes: Denise Mariano Garcia
Katharina Helena Marques da Paixão
Mônica Machado da Paz

SECRETARIA EDUCAÇÃO

Representante: Elizete Moraes

SECRETARIA DE SAÚDE

Representante: Simone de Gois da Silva Bianco

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Representante: Antônio Salvador Craici

EMATER

Representante: Aparecido de Jesus Bianco

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Representante: Adriana Liutti Rigoni

Representante: Pedro Cesar Mazo

**CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL – CAISAN**

Secretaria de Assistência Social:

Lurcinei Alves Correia Smith

Secretaria de Educação:

Juliana Reberti Junqueira Machado

Secretaria de Saúde:

Helio Barbieri

Secretaria de Agricultura

Não possui no momento

CONSELHO MUNICIPAL SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Endereço do COMSEA: Travessa Vaine Pereira de Souza Freitas, 556, Centro

CEP: 87950-000

Fone/fax: (44)3427-1223

E-mail: social.portorico@hotmail.com

Composição: 12 membros

Diretoria Executiva

Presidente: Adriana Liutti

Vice-Presidente: Lurcinei Alves Correia Smith

1ª Secretária: Samara Pereira

2ª Secretária: Maria Odemira de Andrade Gois

Secretário executivo: Pedro Cesar Mazo

Gestão 2015 a 2017.

Representante governamental:

Secretaria de Educação:

Adriana Luitti-Titular

Julia Maria dos Santos Silva- Suplente

Secretaria de Assistência Social:

Lurcinei Alves Correia Smith- Titular

Pedro Cesar Mazo- suplente

Representante Sociedade civil:

Associação de Pais, Mestres e Funcionários- municipal

Claudia Pereira Santos- titular

Gilmar Sarapião- Suplente

Associação de Pais, Mestres e Funcionários- Estadual

Silvana Zanete Guirao- Titular

Sandra Regina da Silva Jorge- Suplente

Associação de proteção a maternidade e a infância:

Maria Odemira de Andrade Góis- Titular

Samara Pereira- Suplente

Associação Comunitária Três Ranchos:

Denilson Teixeira Góis-Titular

Antônio José Garcia-Suplente

APRESENTAÇÃO

Este Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é um instrumento de planejamento, gestão e execução da Política de Segurança alimentar e Nutricional.

Foi elaborado Por um grupo técnico de trabalho com profissionais da Secretaria de Assistência, Saúde, Educação e Emater do município de Porto Rico, juntamente com a CAISAN e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Porto Rico, sob o intuito de contribuir na efetivação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

O mesmo segue os pressupostos da legislação vigente no que tange a política de SAN, abarcando as diretrizes da política Nacional, leis e decretos municipais.

Para elaboração deste plano optou-se por dividi-lo em 08 temas, seguindo as diretrizes nacionais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1.CONTEXTUALIZAÇÃO	4
Dados Gerais do Município	7
Recursos Hídricos	9
Cobertura Florestal	9
Geomorfologia.....	9
População e suas Características	10
EDUCAÇÃO	15
SAÚDE	17
PRODUÇÃO E DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS	19
ORGANIZAÇÕES EXISTENTES NO MUNICÍPIO	22
REDE DE ATENDIMENTO E SERVIÇOS:	23
Iª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – DE PORTO RICO	25
CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PORTO RICO-PLAMSAN PORTO RICO	27
JUSTIFICATIVA	29
MARCO LEGAL	30
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE PORTO RICO-PR	32
METAS DO PLANO MUNICIPAL 2018 A 2021	35
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	60
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

Alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. Desta maneira, é dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Assim, é uma temática e um objetivo essencialmente intersetorial. Isso significa dizer que cada setor ligado a ela deve desenvolver ações para sua promoção, e que estes diferentes setores devem trabalhar de maneira interligada e articulada e, desta forma, potencializar suas ações.

É importante que algumas políticas estratégicas sejam construídas e geridas por vários setores em conjunto. Para tanto, é necessária a mobilização de diferentes setores da sociedade (assistência social, agricultura, abastecimento, educação, saúde, desenvolvimento, trabalho etc.) para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. Sendo assim, é com este objetivo que o presente Plano Municipal tem sua fundamentação.

O presente Plano Municipal de SAN faz um diagnóstico da situação demográfica (Marco Situacional), uma revisão da legislação (Marco Legal) e define objetivo, os eixos, as diretrizes e as ações a serem implantadas e implementadas pelo município ao longo dos anos de 2018 a 2021 no que se refere à Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

As fases de elaboração compreenderam: planejamento, metodologia, diagnóstico, elaboração do projeto, apresentação da estrutura em Grupo de elaboração, alinhamento com a equipe técnica, objetivos e metas.

Este plano terá como parâmetro o Plano Nacional e Estadual do Paraná Segurança Alimentar e Nutricional.

Conforme estabelece o Decreto Nacional de nº7.272/2010, especificamente em seu artigo 3º As diretrizes, que orientarão a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:

“I - promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

II - promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;

III - instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;

IV - promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o art. 3º, inciso I, do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária;

V - fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;

VI - promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aqüicultura;

VII - apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11.346, de 2006; e

VIII - monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.”

O Plano Municipal está alinhado ao objetivos específicos do PNSAN descritos no art. 4º do Decreto Nacional de nº7.272/2010:

“I - identificar, analisar, divulgar e atuar sobre os fatores condicionantes da insegurança alimentar e nutricional no Brasil;

II - articular programas e ações de diversos setores que respeitem, protejam, promovam e provejam o direito humano à alimentação adequada, observando as

diversidades social, cultural, ambiental, étnico-racial, a equidade de gênero e a orientação sexual, bem como disponibilizar instrumentos para sua exigibilidade;

III - promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e que assegurem o consumo e o acesso à alimentação adequada e saudável, respeitada a diversidade da cultura alimentar nacional; e

IV - incorporar à política de Estado o respeito à soberania alimentar e a garantia do direito humano à alimentação adequada, inclusive o acesso à água, e promovê-los no âmbito das negociações e cooperações internacionais.”

1.CONTEXTUALIZAÇÃO

NO BRASIL, a subnutrição começou a ser identificada como problema social e de saúde pública durante o governo Vargas, a partir da segunda metade da década de 30. Reconheceu-se a associação com pobreza extrema e com práticas alimentares e serviços de saúde inadequados e que somente a correção destes determinantes poderia levar a uma solução definitiva. Mas não escapou a Vargas e a seus sucessores que esta correção era um processo de longo prazo e que, durante este, seriam necessárias medidas compensatórias dirigidas aos grupos de maior risco.

Durante os anos que se seguiram esta situação pouco se modificou apesar do considerável crescimento da economia e das medidas compensatórias adotadas, sempre conduzidas com irregularidade e ineficiência, e que podem ser agrupadas em três fases: primeiras iniciativas (a partir de 1940); período do Pronan (1972 a 1989) e período atual (a partir de 1990).

Primeiras iniciativas (a partir de 1940)

Na segunda metade da década de 30, o Governo Vargas, como parte de sua política trabalhista, tomou duas medidas que deveriam ter influência na alimentação da classe trabalhadora: o salário mínimo, que deveria "satisfazer às necessidades normais do trabalhador e sua família"; e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps), criado em 1940, com os encargos de promover a instalação de refeitórios em empresas maiores, fornecer refeições nas menores, vender alimentos a preço de custo a trabalhadores com família numerosa, proporcionar educação alimentar, formar pessoal técnico especializado e apoiar pesquisas sobre alimentos e situação alimentar da população.

O Saps expandiu-se mais no Rio de Janeiro onde, em 1945, mantinha seis restaurantes populares e fiscalizava 42, distribuía refeições quentes em caminhões térmicos a mais de 50 firmas e oferecia um programa de *desjejum escolar* com refeições à base de leite, frutas e pão, somando 450 cal.

Em 1942, foi criada a Coordenação da Mobilização Econômica - CME, que incluía um Serviço Técnico de Alimentação Nacional, com o objetivo de orientar a produção agrícola e industrial de alimentos e racionalizar a produção agropecuária e a

comercialização, além de prestar assistência técnica à indústria através de um laboratório de tecnologia de alimentos.

Em 1945, foi instalada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), com funções de definir a política nacional de alimentação, estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população, acompanhar e estimular as pesquisas relativas às questões e problemas de alimentação, trabalhar pela correção de defeitos e deficiências da dieta brasileira estimulando e acompanhando campanhas educativas, e contribuir para o desenvolvimento da indústria de alimentos desidratados.

Em janeiro de 1946 fundou-se o Instituto Nacional de Nutrição (INN) que incorporou o Instituto de Tecnologia Alimentar criado em 1944. A nova entidade era dividida em quatro seções: pesquisa biológica, pesquisa social, educação alimentar e patologia clínica.

Em 1952, foi elaborado o plano Conjuntura Alimentar e Problemas de Nutrição no Brasil abrangendo inquéritos nutricionais, expansão da merenda escolar, assistência alimentar a adolescentes, programas regionais, enriquecimento de alimentos básicos, apoio à indústria de alimentos. Deste projeto ambicioso sobreviveu apenas a campanha da merenda escolar, sob o controle do Ministério da Educação a partir de 1955. Com o apoio do Fundo Internacional do Socorro à Infância, a campanha expandiu-se rapidamente a ponto de, em 1968, os dados oficiais registrarem uma cobertura de 9,5 milhões de crianças correspondente a 75% das matrículas no ensino fundamental, com a distribuição anual de mais de 50.000 toneladas de alimentos. Destes, quase 50% eram doados através de *World FoodProgram* e *Food for Development*.

A quantidade de alimento recebida entre 1950 e 1970, como doação ou a preços simbólicos, é difícil de precisar. No biênio 1968-1969, *Food for Development* contribuiu com 187.000 toneladas, em boa parte distribuídas através de programas de atenção materno-infantil, assistência ao trabalhador e organizações religiosas. Simultaneamente, com apoio da Usaid (*United States Agency for International Development*) foram feitas tentativas para introduzir ou desenvolver localmente alimentos formulados de baixo custo tais como Soleina, Vitasoy, Sacy, Fortifex, Cerelina, concentrados proteicos de peixe e macarrão com soja. Programas visando a educação nutricional e a produção de alimentos a domicílio e nas escolas foram implantados na Paraíba e depois em outros estados do Nordeste, do Centro e do Sul.

Com exceção da merenda escolar, nenhum destes esforços prosperou, mas acumularam-se durante o período informações que não deixaram dúvida quanto à gravidade da situação. Os numerosos inquéritos conduzidos pela CNA em diversas regiões do país; os estudos de Waterlow & Vergara (1955) e Parahym (1958); o inquérito do *Interdepartmental Committee on Nutrition for National Development* em cinco estados do Nordeste (1963); os trabalhos do grupo de Nelson Chaves, na Zona da Mata (1965-1966); e o Estudo do Consumo Alimentar, pela Fundação Getúlio Vargas (1961-1963), todos apontavam para altos índices de desnutrição rural e urbana, com déficit calórico e protéico acompanhado de anemia e, ao menos em algumas regiões do Nordeste, hipovitaminose A. Paralelamente, um amplo estudo do Ministério da Saúde, em 1955, identificava o bócio endêmico como grave problema de saúde pública.

No Paraná

Em 2010, foi criado o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN, através da Lei nº 16.565 de 31/08/2010, que estabeleceu as diretrizes, objetivos e suas composições. Em dezembro do mesmo ano, foi sancionado o Decreto nº 8.745, que criou a Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN/PR.

Em 2011, precedendo a III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – III CESAN, foram realizadas conferências municipais e regionais. Nas 20 conferências regionais, foram eleitos os membros das Comissões Regionais de SAN- órgão colegiado vinculado ao Conselho Estadual, objetivando a descentralização das ações e a consolidação da política estadual. Ao mesmo tempo, o Governo do Estado assinou a adesão ao SISAN, comprometendo-se a elaborar o 1º Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná.

Em 2012, por meio do Decreto nº 4.459, a coordenação geral da CAISAN/PR foi transferida para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária – SETS, sendo constituída comissão técnica com representantes das dez secretarias que compõem a Câmara.

Ao longo de todo o ano, técnicos do Departamento de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e os integrantes do CONSEA-PR debateram exaustivamente metas, objetivos, eixos temáticos e programas promotores da Segurança Alimentar e Nutricional sustentável.

Em Porto Rico-Pr

Em Porto Rico o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional teve sua adesão em 2013, por meio da Lei nº 1086/2013.

No Sistema municipal possuem como componentes a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional-CAISAN, instituída pelo Decreto 2300/2014, formada pela Secretaria de Assistência Social, Educação e Saúde. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar instituído pelo Decreto 2244/2014.

A 1º Conferência de SAN foi realizada em 30 de junho de 2015.

Porto Rico foi contemplado pelo Programa Compra Direta em 2006 e encerrado pelo Estado em 2015.

MARCO SITUACIONAL

Dados Gerais do Município

A cidade de Porto Rico é uma cidade de pequeno porte, pertencente à Comarca de Loanda, fundada em 21 de abril de 1964 Lei n.º 4738, de 05 de julho de 1963, está localizada no noroeste do Paraná, às margens do rio Paraná. É considerada uma cidade turística em virtude das belezas naturais existentes em seu território, desta forma frequentemente recebe um número elevado de turistas.

Em relação à oferta de emprego, está centrada nas áreas da agropecuária, pesca, turismo, diárias, trabalho doméstico e rural.

De acordo com o Censo 2010 do IBGE a cidade possui uma população estimada em 2.530 habitantes. Sendo 1.764 da zona urbana e 767 da zona rural.

É importante ressaltar que o município atende além das famílias moradoras em áreas urbanas e rurais, atende também as famílias residentes nas 13 ilhas próximas ao seu território.

Ainda de acordo com o IBGE, o índice de Incidência da Pobreza exposta no mapa de pobreza e desigualdade dos municípios brasileiros aponta para um total de 41,42%.

Com o desenvolvimento Turístico nos últimos anos, constatou-se que houve melhora na oferta de emprego, com a construção de casas de veraneio, houve um aumento significativo de emprego nas áreas de construção civil, jardinagem, limpeza de

piscinas, vigilantes, porteiros, empregadas domésticas, e também com o maior fluxo de visitantes houve maiores ofertas de emprego no comércio, hotéis, restaurantes, marinas, pilotagem de barcos, consertos domésticos e outros. Diante disso pode-se dizer que o turismo trouxe ao Município inúmeras vantagens, tais como: aumento na oferta de emprego, melhoria nas condições de habitação da população, aumento no comércio local, melhoria na renda familiar, diminuição das famílias vulneráveis do ponto de vista econômico, dentre outros. Um dos aspectos que ainda prevalece prejudicado é a qualificação de mão de obra.

Porto Rico está geologicamente localizado na Bacia Sedimentar do Paraná, na região de afloramento de rochas sedimentares da Formação Caiuá. A altitude varia, no Município, dentro do intervalo de 230 a 460 metros. As cotas mais baixas estão às margens do Rio Paraná, a norte e noroeste do território municipal respectivamente. As mais altas se localizam ao sul e sudeste do Município.

O relevo possui ondulações suaves, com declividades leves, variando entre 0% e 10%, predominando no Município a declividade abaixo de 6%. Os tipos de solo predominante no município são os latossolos e argissolos, estes solos apesar de apresentarem restrições de uso, podem promover boa produtividade, desde que racionalmente explorados. Além de correção e de adubações para elevar e manter boa fertilidade faz-se necessário a adoção de práticas conservacionistas intensivas.

O município de Porto Rico está localizado na região noroeste do Estado do Paraná, com uma área de 21.7676 km². Fazendo limite com os municípios: ao nordeste São Pedro do Paraná, ao sudeste Loanda, ao sul Santa Cruz de Monte Castelo ao Sudoeste Querência do Norte e ao Norte o Estado de Mato Grosso do Sul. O principal acesso ao município acontece pela PR-576 e PR 478 e está a uma distância de 605,31 km de Curitiba, sua extensão Territorial é de 224.024 m²

O clima predominante no município de Porto Rico segundo a classificação de Köppen é do tipo Cfa, isto é subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes com tendência de concentração das chuvas, invernos com geadas poucos frequentes e sem estação secas definidas.

A temperatura média do Município é de 25 graus centígrados, sendo que as temperaturas nos meses mais quentes são superiores a 29°C e a dos meses mais frios inferior a 19°C. Chegando próximo dos 40°C graus no verão em períodos de estiagem. Na região do Município de Porto Rico, a precipitação pluviométrica anual média situa-se entre 1400 a 1600 mm ao ano. Já a umidade relativa do ar tem uma média anual de

65 a 70%, com alteração que chegam a 20 % tanto no inverno quanto no verão em períodos de estiagem. Segundo dados do Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR), os ventos predominantes na região próxima a Porto Rico têm nordeste como direção de maior frequência anual.

Recursos Hídricos

Rio Paraná, córrego Caracu, córrego Água Nanci, córrego Água Dois, córrego Número Quatro, córrego 1ª água, córrego Água do Patrão, córrego Marrecas e ribeirão Taquarussu.

Cobertura Florestal.

Cobertura Florestal	Área (Ha)
Seringueira	5,00
Eucalipto	300,00
Matas Nativa (Preservação Permanente)	250,00
Matas Ciliar e outra áreas (Ilha e Rios)	2.688,31
Total	3.243,31

Fonte – Emater.

Solos

Latossolo Vermelho; Organossolo; Neossolo; Gleissolo; Argissolo Vermelho.

Geomorfologia

Porto Rico está geologicamente localizado no Terceiro Planalto Paranaense, na região de rochas sedimentares da formação Caiuá e depósitos aluviais atuais aparentes (MINOROPAR, 2001).

A Formação Caiuá é constituída por depósitos de ambientes eólico e fluvial. É formada por arenitos muito finos e a médios, arroxeados, com extratificações cruzada de grande porte.

Os sedimentos inconsolidados (depósitos aluviais e fluviais) são oriundos da erosão e deposição das litologias mais antigas intemperizadas. São formados por

processos hidráulico-deposicional fluvial condicionados às calhas de drenagem dos rios de planícies de inundação (MINOROPAR, 2001).

Quanto à geomorfologia, o município de Porto Rico situa-se na unidade morfoescultural do Terceiro Planalto Paranaense e Planícies, nas sub-unidades morfoesculturais do Planalto de Paranavaí e Planícies Fluviais.

O relevo apresenta dissecação baixa, as formas predominantes são tocos aplainados, vertentes convexas e vales em “V” aberto, modeladas em rochas da Formação Caiuá (MINOROPAR, 2006).

No município a declividade predominante varia de plano a suave ondulado. A altitude no município vai de 251 a 444 metros. As cotas mais baixas ficam próximas às margens do Rio Paraná.

População e suas Características

A população do município reduziu, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de -0,07% ao ano, passando de 2.547 para 2.530 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 0,89% ao ano e inferior à cifra de 0,88% ao ano da Região Sul.

A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 64,31% e em 2010 a passou a representar 69,72% do total.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 1,1% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 10,6% da população, já em 2010 detinha 11,9% do total da população municipal.

Bairros ou distritos mais vulneráveis	Fatores geradores de vulnerabilidade
1)Zona Urbana	Baixa Escolaridade, Baixa Renda, Emprego
2)Zona Rural	Baixa Escolaridade, Baixa Renda, Transporte
3)Ilhas	Transporte, Baixa Escolaridade, Baixa Renda, Dificil acesso aos serviços de necessidade básica.

Perfil da população

População por faixa etária:

FAIXA ETÁRIA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Menor de 01 ano	20	17	37
01 a 04 anos	68	60	128
05 a 09 anos	90	81	171
10 a 14 anos	121	120	241
15 a 19 anos	123	125	248
20 a 29 anos	200	178	378
30 a 39 anos	207	200	407
40 a 49 anos	174	172	346
50 a 59 anos	129	143	272
60 a 69 anos	73	77	150
70 a 79 anos	59	49	108
80 e +anos	20	21	41
TOTAL	1.284	1.243	2.527

FONTE: IBGE/ Censo 2012

Renda e condições de vida

A economia do município de Porto Rico é basicamente agrícola e pecuária, apesar de que segundo o BNDES, os Serviços são os maiores responsáveis pelas riquezas desses municípios, seguindo a Agropecuária e por último a Indústria. No entanto, a agricultura através da produção primária, normalmente comercializada junto às cooperativas, abastece as indústrias para transformação de produtos in-natura em produtos finais que posteriormente abastecerá o mercado.

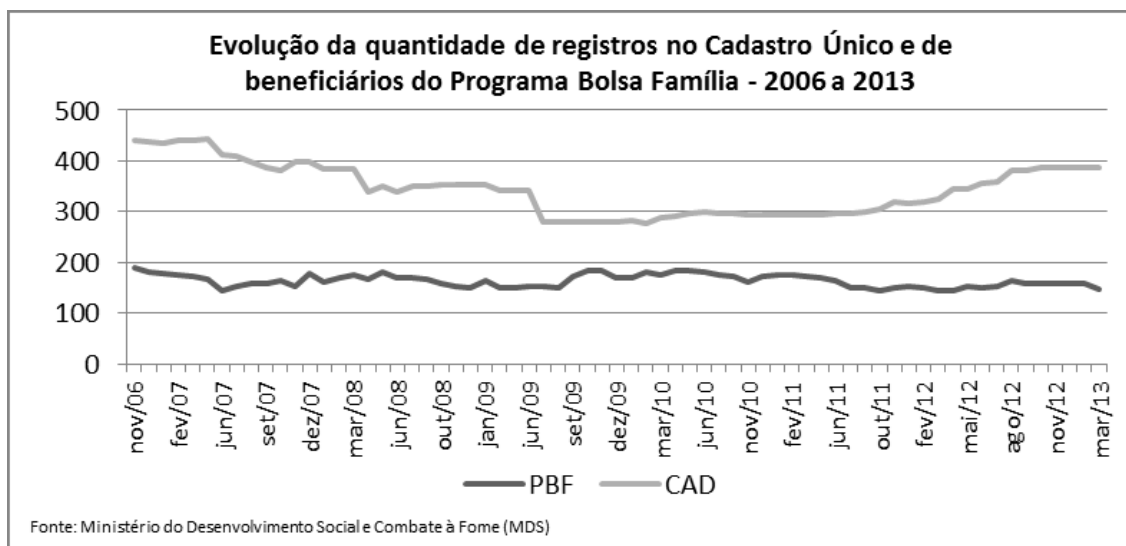
Conceitualmente, nesse fluxo das atividades econômicas, nota-se a importância do setor primário da economia quanto ao desencadeamento da produção que é capaz de criar oportunidades econômicas e sociais, ou seja, a partir dele, o comércio, a indústria, o transporte e serviços de forma geral são beneficiados, além de motivar a geração de emprego e renda.

De acordo com o IPARDES- - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2010) o PIB per capita do município de Porto Rico em 2006 e 2007 foi de R\$ 9.475,00 e R\$ 8.579,00 respectivamente. Enquanto que a do Estado do Paraná foi de R\$ 13.152,00 e R\$ 15.711,00 nos mesmos anos. Já no que se refere à

renda per capita em 2007 foi de R\$ 186,93.

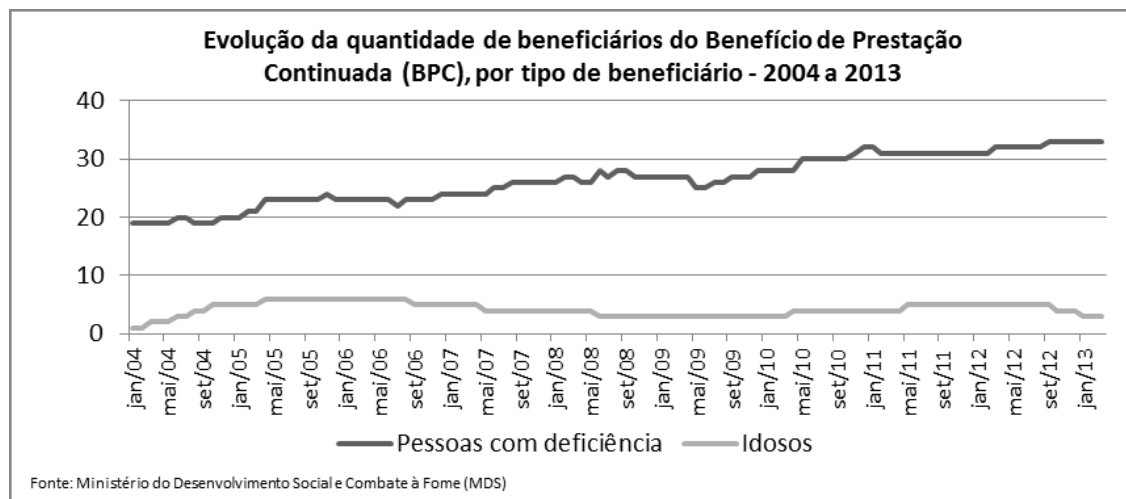
Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 2.530 residentes, dos quais 95 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 3,8% da população municipal vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, 19 (20,3%) viviam no meio rural e 76 (79,7%) no meio urbano.

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com 388 famílias registradas no Cadastro Único e 147 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (37,89% do total de cadastrados). O gráfico mostra a evolução desses cadastros no município:



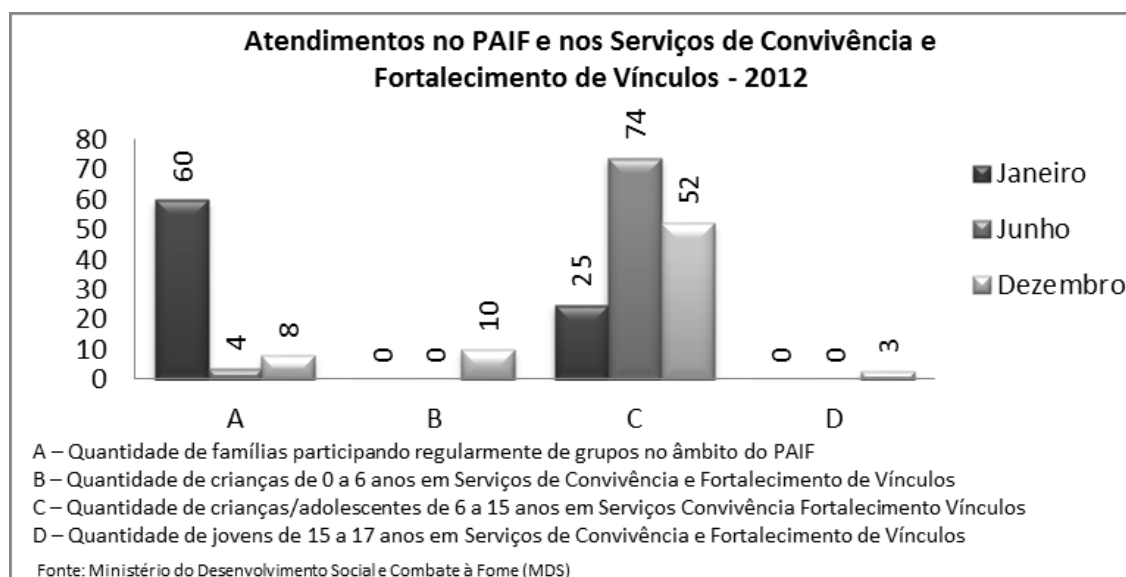
Atualmente conforme os registros de novembro de 2016 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de outubro de 2016 do Programa Bolsa Família, o município conta com 368 famílias registradas no Cadastro Único e 90 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, representando uma cobertura de 57,7% da estimativa de famílias pobres no município.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social. No município, informações acerca da quantidade de beneficiários de BPC considerando o período de 2004 a 2013, por tipo de beneficiário:



De acordo com o MDS no ano de 2016 o município conta com 36 beneficiários do BPC ativo.

Além do BPC, a Assistência Social desenvolve diversos tipos de programas, ações e atendimentos, especialmente considerando seus espaços institucionais, como é o caso dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). O gráfico abaixo apresenta os principais indicadores de atendimento nesse âmbito, considerando os dados coletados no Censo SUAS do MDS para o ano de 2012:



Quadro 01- População por situação de domicílio

População	2000	2010
Urbana	1641	1764
Rural	909	767
População total	2550	2531
Taxa de Urbanização	64.3%	69.7%

Fonte: IBGE Ano 2013

O município está dividido em 10 comunidades, sendo: Relíquia, Marreca, Batatinha, 3 Ranchos, Vila Urubu, Ponte Preta, Sertaneja, 4 Ranchos, Ouro Verde e Sede.

Ocupação do solo : (safra 2012/2010)

Atividades	Área (há)
Lavouras Anuais	1.900,00
Lavouras Permanentes	230,00
Pasatagens Cultivadas	15.644,29
Reflorestamentos	300,00
Matas Naturais (outras)	250,00
Matas naturais (Preservação Permanente)	750,00
Outras Áreas (Ilhas e Rios)	2.688,31
Total	21.732,60

FONTE: EMATER LOCAL

Ocupação do Solo do município

Ocupação do Solo	Área ha	%
Lavouras anuais	900	3.96%
Lavouras permanentes	150	0.66%
Reflorestamento	300	1.32%
Matas Naturais/Capoeiras	950	4.18%
Pastagem (cultivada e natural)	16.902	74.45%
Outras áreas	3.500	15.41%
Total	22.702	100%

Fonte: EMATER-PR – Unidade Local de Porto Rico

Pastagem é o que predomina, pois as atividades de corte e leite são as mais praticadas no município, o segundo dado maior que são outras áreas mais Matas Naturais/Capoeiras são áreas de preservação. Grande parte de lavouras anuais é o plantio de mandioca e permanentes o café.

EDUCAÇÃO

O Município de Porto Rico/Paraná participa do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Programa este implantado para contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional, através de transferência de recursos financeiros.

Com este recurso do governo federal, o município atende os alunos da educação básica, sendo, educação infantil, ensino fundamental, e quando cabe demanda educação de jovens e adultos. O valor do recurso repassado a cada ano deve-se a execução do CENSO ESCOLAR do ano anterior.

No atual exercício, os números de alunos matriculados são Escola Municipal Porto Rico: 186 alunos; C.M.E.I. Cirandinha: 172 alunos; e como o Município faz

dualidade com Colégio Estadual Manuel Romão Neto, informamos também, o número de alunos matriculados no Colégio Estadual, em número de 255.

Como existe essa dualidade entre a Escola Municipal e o Colégio Estadual, a alimentação escolar é oferecida em conjunto, remessa de alimentos recebida do Estado e o Município oferece alimentação através de licitações e do recurso repassado do governo federal.

Com este recurso do governo federal, a Lei N 11.947, de 16 de Junho de 2009, determina que no mínimo 30% tem que ser comprado da agricultura familiar através de chamada pública, e o Município já adquiri alimentos da agricultura familiar a alguns anos, como: Alface, Almeirão, Abóbora Madura, Arroz Polido, Batata Doce, Beterraba, Cenoura, Cheiro Verde, Couve Manteiga, Iogurte, Leite Pasteurizado, Mandioca Descascada, Melancia, Melão, Repolho, entre outros.

Pré-escola uma refeição diária e 23 dias letivos: 2070 refeições ao mês.

Creche: 4 refeições diárias e 23 dias letivos: total de 9.200 refeições ao mês.

Escola municipal e Estadual: 23 dias letivos total de 11155 refeições.

Para controle da qualidade de vida, executamos um monitoramento anual através da Avaliação Nutricional dos alunos, pois esta define uma abordagem abrangente para determinar o estado nutricional dos alunos e como estes dados podermos realizar uma reeducação alimentar. Os resultados são apresentados na tabela abaixo.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO NUTRICIONAL (6º ANO AO ENSINO MÉDIO) 2016.

NORMAL	268
SOBREPESO	100
OBESIDADE	38
OBESIDADE GRAVE	15
MAGREZA	14
MAGREZA ACENTUADA	5
TOTAL	440

FONTE: Relatórios de Avaliação Nutricional (2016) da Sec. De Educação de Porto Rico.

SAÚDE

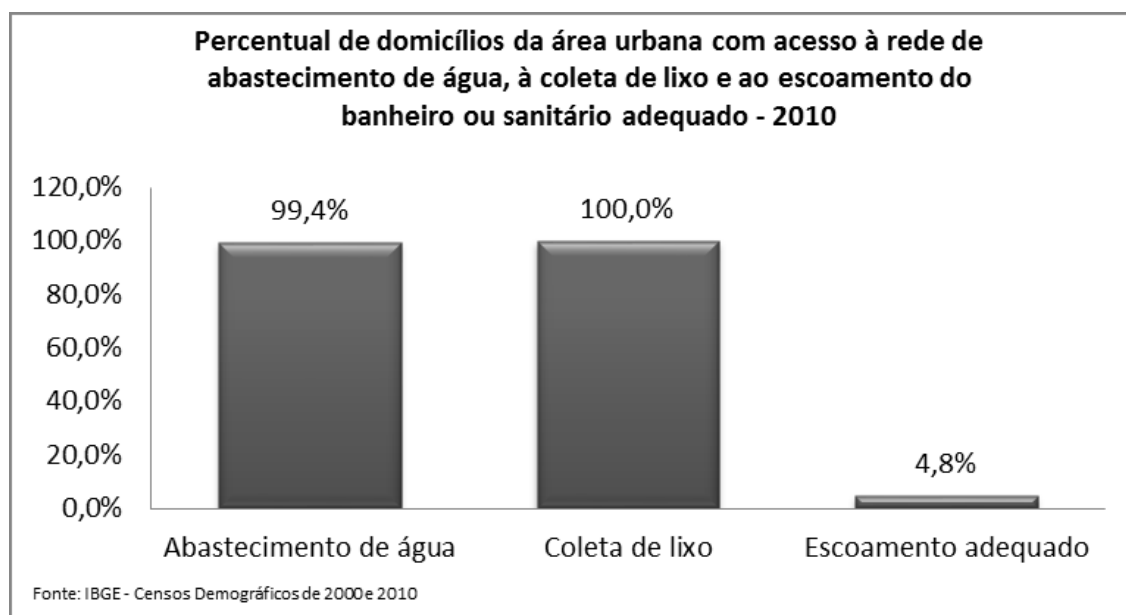
Para os atendimentos de saúde da população, o município conta com: 2 UBS com 1 equipe de Estratégia Saúde da Família. A saúde conta com uma equipe da UBS 01 pediatra, 03 clínico geral, 01 médico ESF, 01 enfermeira NIS e ESF, 03 auxiliares de enfermagem do estado, 01 auxiliar de enfermagem – ESF, 05 agentes comunitárias de saúde, 01 bioquímica, 01 atendente de laboratório (auxiliar de enfermagem) 01 odontólogo, 01 odontólogo para o ESB, 01 ASB, 01 farmacêutica, 01 auxiliar de farmácia. 01 auxiliar de vigilância 01 agente de saúde (FNS – cedido 14º) 04 agentes de saúde, 01 fisioterapeuta 01 psicóloga.

Na equipe do Hospital: 03 médicos, 05 enfermeiras, 04 auxiliares de serviços gerais, 01 farmacêutico, 02 guardas noturno e 02 recepcionistas.

Média de pessoas atendidas no Hospital municipal: 20 pessoas. Fornecendo em média 2.400 refeições ao mês.

Vigilância Sanitária

Os dados do Ministério da Saúde são importantes para diagnosticar a situação da área no município. As condições de saneamento e serviços correlatos do município, que interferem nas condições de saúde da população. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na área rural no município, a coleta de lixo atendia 95,9% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em 88,0% dos domicílios particulares permanentes e 1,4% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado. No caso da área urbana, o gráfico abaixo fornece a distribuição desses serviços para os domicílios particulares permanentes:



OBS: Em 2016 os dados no que tange ao Saneamento Básico o Município implantou o aterro Controlado, realiza coleta de lixo seletiva, está 60% concluído a rede de esgoto e possui a estação de tratamento do esgoto. Quanto a equipe de combate à Dengue em 2015 foi realizado concurso público e contratado como efetivo os profissionais para realização ao combate ao Aedes Aegypti e também até outubro do referido ano teve 10 casos de dengue confirmado.

Acesso a serviços básicos

Condições de saneamento	2000	2010
Água Encanada	93.98%	93.23%
Energia Elétrica	96.92%	99.83%
Coleta de lixo	99.27%	100.00%

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

PRODUÇÃO E DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS

Ocupação do solo : (safra 2010/2012)

Atividades	Área (há)
Lavouras Anuais	1.900,00
Lavouras Permanentes	230,00
Pastagens Cultivadas	15.644,29
Reflorestamentos	300,00
Matas Naturais (outras)	250,00
Matas naturais (Preservação Permanente)	750,00
Outras Áreas (Ilhas e Rios)	2.688,31
Total	21.732,60

FONTE: EMATER LOCAL / DERAL

Ocupação do Solo do município

Ocupação do Solo	Área ha	%
Lavouras anuais	900	3.96%
Lavouras permanentes	150	0.66%
Reflorestamento	300	1.32%
Matas Naturais/Capoeiras	950	4.18%
Pastagem (cultivada e natural)	16.902	74.45%
Outras áreas	3.500	15.41%
Total	22.702	100%

Fonte: EMATER-PR – Unidade Local de Porto Rico

Pastagem é o que predomina, pois as atividades de corte e leite são as mais praticadas no município, o segundo dado maior que são outras áreas mais Matas

Naturais/Capoeiras são áreas de preservação. Grande parte de lavouras anuais é o plantio de mandioca e permanentes o café.

Principais Explorações agrícolas existentes no município

Produto	N.º Produtor	Área	Produtividade média kg/ha
Café adensado	2	5	1200
Feijão	4	2	600
Mandioca	25	900	27.000
Milho safra normal	15	20	2800

Fonte: Perfil da Realidade Agrícola, 2012/13

O perfil agrícola do município não sofreu alterações neste período.

Comparativo das Principais Explorações agrícolas do município com importância econômica, nos anos agrícolas de:

EXPLORAÇÕES	2003/2004		2013/2014	
	N.º Prod.	Área - ha	N.ºProd.	Área - ha
Café	15	60	2	5
Milho	15	40	30	30
Soja	2	70	0	0
Mandioca	40	1.200	45	1.700
Feijão das secas	3	10	0	0
Milho Safrinha	5	50	0	0

Fonte: Perfil Realidade Municipal- EMATER-PR

A produção de café vem caindo desde o ano 1980, cujo era a principal atividade na época, devido ao clima instável de ora geada ora seca e falta de apoio do governo.

Devido a essas ocorrências os produtores mudaram suas atividades, sendo a principal atividade agrícola a mandioca até neste ano de 2015.

A – GRÃOS

Os grãos produzidos em Porto Rico são: feijão e milho, e são somente para consumo próprio.

B – HORTIFRUTÍCOLAS

É comercializado em feiras, mercados e em porta a porta. Os principais produzidos são folhosas, tubérculas e rasteiras.

C – CAFÉ

Tem produção pequena no município e é comercializada nas cafeeiras da região.

D – MANDIOCA/ INDÚSTRIA

Tem grande produção em proporção. É comercializada em indústrias da região.

PRINCIPAIS EXPLORAÇÕES PECUÁRIAS

Carne e Leite.

Principais criações existentes no município.

Criação	Número de Produtores	Número de Animais
Bovinocultura Corte	50	19.000
Bovinocultura Leite	40	1.350
Bovinocultura Mista	50	3.500
Suinocultura	10	400
Ovinocultura	10	1.000
Cunicultura	0	0
Apicultura	10	230
Piscicultura	3	10.000m2
Avicultura de corte	6	2.132.000

Fonte: EMATER Porto Rico 2015

As principais criações de corte e leite são fortes no município devido às linhas de crédito oferecidos pelo governo e pelas rendas obtidas nas atividades.

Organizações existentes no município

Não existe espírito associativo no município, as associações estão inativas e há pouca iniciativa de criação.

Organização formal: Sindicato Rural somente, Associação de Produtor Rural, não há cooperativas.

Desempenho das Principais Políticas Públicas**PRONAF:**

Custeio/Investimento/ Agrícola/ Pecuária:

Projetos/Custeio: 15 projetos

Recurso destinado: R\$ 430.000

Projetos/Investimento: 29 projetos

Recurso destinado: R\$ 1.395.350,00

Não há dificuldade de acesso ao crédito rural para quem tem terra, evoluiu muito principalmente na divulgação para os produtores.

PAA/PNAE

Brasil Sem Miséria

Habitação Rural:

Beneficiários: 67 moradias

Recursos destinados: R\$ 1.778.000,00

Não há dificuldade no acesso desde que cumpra as regras do programa, evoluiu no atendimento da grande maioria dos pequenos produtores familiares que necessitavam de uma moradia melhor.

PRORURAL: Sem programa

NÚMERO DE PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR: 89

PRODUTOS DISPONÍVEIS PARA FORNECIMENTO:

Alimentos de origem vegetal in natura: Fruta, folhosas e verduras, legumes, grãos e cereais, raízes e tubérculos.

Origem animal: derivados de leite e mel

Alimentos processados ou industrializados: doces e compotas, massas e panificados.

Há que levar em consideração, embora Porto Rico não possua famílias tradicionais, existe a Colônia de Pescadores.

REDE DE ATENDIMENTO E SERVIÇOS:

Assistência Social:

Proteção social Básica - Centro de Referência da Assistência Social – CRAS

- Serviço de Proteção Integral a Família - PAIF
- Programa Bolsa Família – PBF
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo- SCFV
- Programa Família Paranaense

Entidades do Município:

- 01-Provopar;
- 03-Associações de Pais e Mestres;
- 01-APMI
- Associação da Terceira Idade- Renascer

Órgãos de defesa:

- Conselho Tutelar;
- Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
- Conselho do Municipal do Direito da Pessoa Idosa CMDI
- Conselho Municipal da Saúde- CMS;
- Conselho Municipal da Educação - CME;
- Conselho da Alimentação escolar- CAE
- Conselho da Segurança Alimentar e Nutricional

OBS: Porto Rico pertence a Comarca de Loanda, portanto tudo é encaminhado para o ministério público de Loanda e Juizado.

Educação:

- 01-Escola Municipal:

- 01-Escola Estadual
- 01-Centro Municipal de Educação Infantil

Saúde:

- 01-Posto de Saúde - sede;
- 01-Comitê da Dengue;
- 01 hospital Municipal
- 01 Comitê de prevenção a mortalidade Infantil
- 01 clínica de fisioterapia e Psicologia
- 01 comitê de saúde mental

Iª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – DE PORTO RICO

Realizada no dia 30 de Junho de 2015

PROPOSTAS

Eixo 1: Comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar.			
	APROVAÇÃO DA PROPOSTA		PRIORIDADE
	APROVADA	NÃO APROVADA	
<p>Obstáculo: Desativação da horta comunitária e escolar, rever junto a prefeitura recursos para a reativação das hortas e funcionários habilitados para tal função.</p> <p>Incentivar a população a fazer suas próprias hortas, através de panfletos e sementes.</p> <p>Contra turno escolar para ensinar as crianças e adolescentes no cultivo de hortas.</p>	sim		(1)
<p>Obstáculo: Aumento das propagandas de alimentos processados e ultraprocessados que causam problemas a saúde.</p> <p>Orientar a população sobre os maléficis que esses alimentos causam a saúde por parte do governo através de panfletos, cartilhas ilustrativas para crianças e adolescentes e população em geral.</p>	sim		(2)
<p>Avanços: Aquisição de nutricionista responsável técnico em 2015, aquisição de mais uma nutricionista no quadro de funcionário. As conferencias são momentos importantíssimos para a reflexão e a tomada de posição, quanto as necessidades da população.</p>	sim		(3)
<p>Avanço -As conferencias como esta que é a primeira, são</p>	sim		(4)

momentos importantíssimos para a reflexão e a tomada de posição, quanto as necessidades da população.			
---	--	--	--

CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PORTO RICO-PLAMSAN PORTO RICO

Porto Rico fez a adesão ao SISAN no ano de 2013. Primeiramente para a construção do PLAMSAN foram mapeadas as ações relacionadas à SAN no âmbito da Administração municipal.

O critério técnico norteador na determinação das propostas foi a sua exequibilidade do ponto de vista fático, jurídico, técnico e orçamentário. Tendo em vista a transversalidade e interdisciplinaridade de algumas ações, bem como a otimização de recursos humanos e materiais, podendo devendo ser estabelecidas parcerias necessárias, que o executivo indicado achar pertinente à efetivação de determinada ação.

A partir do diagnóstico, foram estabelecidos os eixos norteadores do PLAMSAN Porto Rico, de acordo com a realidade da cidade. Esses eixos estão em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional de SAN (2012-2015), como Decreto 7.272/2010, que define os objetivos e diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e com a Resolução 9/201, que define as orientações para elaboração e monitoramento dos novos PLAMSANs.

Diretriz I - promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

Diretriz II - promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;

Diretriz III - instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;

Diretriz IV - promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o [art. 3º, inciso I, do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007](#), povos indígenas e assentados da reforma agrária;

Diretriz V - fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;

Diretriz VI - promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aqüicultura;

Diretriz VII - apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11.346, de 2006; e

Diretriz VIII - monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.”

Foram estabelecidos, então, um conjunto de objetivos, metas e indicadores, que possibilitarão a avaliação e o monitoramento das ações estabelecidas. Além disso, dentro de cada ação desnudou-se um conjunto de possibilidades de amplitude de cada uma delas.

A seguir, o material elaborado foi encaminhado a todas as Secretarias que compõem a CAISAN municipal para que suas equipes procedessem as inclusões e sugestões pertinentes.

Finalizada esta etapa e concluída a primeira versão da minuta do PLAMSAN Porto Rico, o material foi apreciado pelo COMSEA. As propostas oriundas destas contribuições foram avaliadas e quando consideradas pertinentes e viáveis, aprovadas e incorporadas ao Plano.

Cabe salientar que a construção do PLAMSAN teve como princípios norteadores a perenidade das ações já realizadas no âmbito municipal e a busca constante por seu aprimoramento; além da intersetorialidade, considerando o caráter multidimensional e transversal da sociedade civil é fundamental para a legitimidade das políticas públicas de SAN.

JUSTIFICATIVA

Atualmente, a transição nutricional tem se evidenciado mundialmente, através da presença simultânea de indicadores de déficits nutricionais e das altas prevalências de indivíduos com excesso de peso.

A falta de alimentação adequada é fator de risco com predisposição para diversas doenças, trazendo consequências negativas para a qualidade de vida da população, conseqüentemente eleva consideravelmente os custos para os serviços de saúde.

O município de Porto Rico apresenta algumas ações relacionadas aos cuidados com a alimentação da população realizadas pelas Secretarias, todavia ainda considera-se ações iniciais que necessitam de maior articulação intersetorial no qual por meio do Plano Municipal pretende-se qualificar a execução dos serviços prestados.

Deste modo, consideramos que o diagnóstico nutricional é importante ferramenta de planejamento monitoramento e avaliação das Ações de SAN no município. Assim, o presente Plano municipal de Segurança alimentar e Nutricional tem como objetivo o de consonância ao Decreto nº7272/2010:

“I - identificar, analisar, divulgar e atuar sobre os fatores condicionantes da insegurança alimentar e nutricional no Brasil;

II - articular programas e ações de diversos setores que respeitem, protejam, promovam e provejam o direito humano à alimentação adequada, observando as diversidades social, cultural, ambiental, étnico-racial, a equidade de gênero e a orientação sexual, bem como disponibilizar instrumentos para sua exigibilidade;

III - promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e que assegurem o consumo e o acesso à alimentação adequada e saudável, respeitada a diversidade da cultura alimentar nacional; e

IV - incorporar à política de Estado o respeito à soberania alimentar e a garantia do direito humano à alimentação adequada, inclusive o acesso à água, e promovê-los no âmbito das negociações e cooperações internacionais.”

MARCO LEGAL

EM NÍVEL NACIONAL		
DOCUMENTO	DATA	CONTEÚDO
Lei nº 11.346	15 de setembro de 2006	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas providencias. Representa a consagração da Segurança Alimentar e Nutricional, bem como dos dois princípios que a orientam, que são o direito humano à alimentação e a soberania alimentar.
Decreto nº 6.272	23 de novembro de 2007	Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)
Decreto nº 6.273	23 de novembro de 2007	Cria, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)
Emenda Constitucional nº 64	4 de fevereiro de 2010	Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social.
Decreto nº 7.272	25 de agosto de 2010	Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional -PNSAN, estabelece os parâmetros para elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providencias.
Resolução nº 09 da CAISAN	Dezembro de 2011	Dispõe sobre os procedimentos e o conteúdo dos termos para adesão dos Estados, do distrito Federal e dos Municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
EM NÍVEL ESTADUAL		
DOCUMENTO	DATA	CONTEÚDO
Decreto nº 1.556	09 de julho de 2003	Institui o CONSEA e dá outras providencias.
Lei Estadual nº 15.791	04 de abril de 2008	Dispõe sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná e dá outras providencias.
Lei Estadual nº 16.565	31 de agosto de 2010	Estabelece definições, princípios, diretrizes, objetivos e a composição do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional –SISAN/Pr
Decreto nº 8.745	16 de novembro de	Instituição a Câmara Governamental

	2010	Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional- CAISAN Pr
Decreto n° 4.459	26 de Abril de 2012	Dá nova redação ao Decreto n° 8.745, que instituiu a Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional- CAISAN/PR
EM NÍVEL MUNICIPAL		
DOCUMENTO	DATA	CONTEÚDO
Lei Municipal 1086/2013	04 de Dezembro de 2013	Cria os componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar no município de Porto Rico. Define os parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e dá outras providências.
Decreto n° 2300/2014	07 de Novembro de 2014	Cria, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a Câmara Municipal Intersetorial de Segurança alimentar e Nutricional.
Decreto n° 2244/2014	22 de Julho de 2014	Dispõe sobre as competências, a composição, e o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança alimentar e Nutricional de Porto Rico do Estado do Paraná no âmbito de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE PORTO RICO-PR

A natureza intersetorial do SISAN é um dos grandes valores e também um dos maiores desafios para sua implementação. A complexidade de articular uma agenda de programas, projetos e ações que gerem convergências inter e intrasetoriais para a concretude do DHAA demanda uma perspectiva de diálogo e articulação permanentes entre diferentes setores e sistemas. Assim há um grande desafio que é o desenvolvimento de um trabalho intersetorial para que se efetive a política de SAN no município.

Para que o SISAN se efetive é necessário mais do que a implementação individual de cada programa ou ação que compõe a Política Municipal Nacional de SAN. O SISAN depende de um arranjo institucional que incorpore as dimensões da SAN às práticas realizadas nos diferentes setores que a compõem como o desenvolvimento urbano agrário, agricultura urbana, periurbana e rural, abastecimento, saúde, educação, assistência social e meio ambiente, entre outras.

Nos serviços socioassistenciais, a temática educação alimentar e nutricional pode ser desenvolvida tanto nos grupos de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos quanto nos grupos do Programa de Atenção Integral a Família.

Em relação à incorporação de alimentos da agricultura familiar, o município não possui Programa Compra Direta, no qual possa realizar compra diretamente do produtor rural.

Há a necessidade de oferta lanches nas atividades que estejam em conformidade com uma alimentação saudável e adequada. Como também faz se necessário a capacitação de todos os profissionais da Secretaria de Assistência Social por profissional de nutrição. Observa-se ainda a necessidade de avaliação saúde nutricional do público atendido nas atividades ofertadas pelo CRAS, a fim de ofertar alimentação adequada as diversas restrições alimentares que possam ter as crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Na educação, deve ser considerada a necessidade de traçar ações que visem garantir a qualidade e diversidade da alimentação escolar. Capacitação permanente de todos os profissionais que atuam na educação. Realização de campanhas e entre outras

atividades educativas aos alunos a fim de promover práticas e hábitos alimentares saudáveis.

Intensificação de ações que incentivem a produção de produtos da agroecologia, de forma diversificada, a fim de atender também as necessidades do mercado e órgãos públicos que necessitam dos produtos para ofertar alimentação saudável e adequada ao seu público de atendimento.

Outro ponto a ser considerado é a criação de instrumentos que promovam o controle biológico das lavouras. Bem como, a necessidade de criação de Secretaria de Agricultura, com profissionais capacitados e ativos para orientação aos produtores rurais, pois atualmente o município conta com a colaboração do técnico da EMATER apenas.

No que se refere ao controle social, há se a necessidade de uma atuação mais efetiva do COMSEA.

Por fim, verifica-se a necessidade de junção de esforços intersetoriais para implementação de ações articuladas e condizentes com as atuais necessidades nutricionais da população, com intuito de prevenir e evitar agravos à saúde.

METAS DO PLANO MUNICIPAL 2018 A 2021

DIRETRIZ 1 – PROMOÇÃO DO ACESSO UNIVERSAL À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL, COM PRIORIDADE PARA AS FAMÍLIAS E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

Objetivo	Ações	Responsável	Co-responsáveis	Informações Orçamentárias	Meta	Monitoramento
Alimentação saudável para os usuários do SCVF E PAIF.	Garantir a ampliação no financiamento para que haja a aquisição de frutas, verduras, lanches nutritivos para os lanches dos usuários que participam dos programas e projetos da Política de Assistência Social.	Secre.Assistência Social		Assistência Social	100% usuários atendidos.	Relatório semestral ao Conselho de Assistência e COMSEA.
Programa Família Paranaense: Eixo Segurança Alimentar	Promover a melhoria das condições de vida das famílias em maior situação de vulnerabilidade social, insegurança alimentar e extrema pobreza, por meio de trabalho em rede intersetorial para monitoramento das ações do plano de ação da família, instrumento que realiza o diagnóstico familiar e estabelece ações para superar as condições	Secre.Assistência Social	Emater Departamento do esporte Secretaria de saúde Secr. Educação Secr.Saúde	Assistência Social	70% das famílias em situação de vulnerabilidade.	Melhora nas condições de vida. Relatórios comparativos. Reuniões de discussão.

	identificadas.					
Fornecimento de Alimentação Escolar	Garantir qualidade e diversidade de alimentação diária escolar, destinada à clientela de rede municipal de ensino, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis. (Interface c/ a Diretriz)	Secretaria de Educação		Secretaria de Educação	100% dos alunos.	Melhora na qualidade dos alimentos. Rendimento dos alunos. Relatórios semestrais ao Conselho.
Programa Bolsa Família – PBF	Identificação, cadastramento e acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF; Acompanhamento das famílias beneficiárias e registro das condicionalidades da saúde no PBF Acompanhamento das famílias beneficiárias e registro das condicionalidades da educação no PBF.	Secretaria Assistência Social	Secretaria de Educação Secretaria de Saúde	Secre. Assistência Social	100% das famílias.	Relatórios semestrais

DIRETRIZ 2- PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMAS DESCENTRALIZADOS E SUSTENTÁVEIS DE PRODUÇÃO DE SISTEMAS DESCENTRALIZADOS E SUSTENTÁVEIS DE PRODUÇÃO, EXTRAÇÃO, PROCEDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS, INCLUSIVE OS DE BASE AGROCOLÓGICA.

Programa/ Projeto/ Ação	Ações	Responsável	Co-responsáveis	Informações Orçamentárias Órgão/Fonte	Meta	Monitoramento
Incentivos à produção de hortas	Projetos de incentivo a produção de hortas comunitárias e domiciliares.	Secre.Meio Ambiente	Emater	Secre.Meio Ambiente	03 projetos anuais	Relatório ao COMSEA
Incentivar produtores	Organização de produtores para comercialização conjuntas e ampliação de novos mercados.	Secre. Agricultura	Emater	Secre. Agricultura	03 encontros anuais	Relatório ao COMSEA.
Capacitar agricultores	Capacitação de agricultores em Boas Práticas de Fabricação e Manipulação de alimentos, para agregação de valor.	Secre.Saúde	Secr. Agricultura Emater	Secre. Saúde	03 capacitações anuais	Boas práticas sendo utilizadas. Relatório de atividades realizadas.
Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar.	Programação da produção para atender mercado institucional	Secr. Educação	Emater Secr.Meio Ambiente Secr.Educação Secr.Saúde	Secr. Educação		Relatório de atividades realizadas.

	(Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar.)		Secr.Agricultura			
Orientar produção e comercialização	Orientação técnica na produção, comercialização e mercado, com rotulagem e padronização de embalagens.	Secre. Saúde	Secr.Meio Ambiente Emater	Secre. Saúde	03 campanhas anuais	Padronização dos produtos. Relatório de atividades realizadas.
Geração de renda alternativa	Identificar alternativas de geração de renda na propriedade (Mulheres e jovens rurais)	Secre. Agricultura	Secretaria de Assistência Secretaria de Educação Emater	Secre. Agricultura	Levantamento anual	Relatório CAISAN E COMSEA
Acesso às políticas públicas	Divulgação e mobilização de agricultores para acesso as Políticas Públicas (PAA, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa Nacional de Habitação	Secre.Agricultura	Secr.Assistência Social Secr.Saúde Secr.Educação Emater	Secre.Agricultura	03 campanhas anuais	Acesso as políticas. Relatório de atividades realizadas.

	Rural.					
Incentivos a organização grupal	Incentivar a organização grupal, a formação de associações, cooperativas outras organizações que contemplem a inclusão de mulheres, visando a comercialização de produtos alimentícios oriundos da economia feminina.	Secr. Agricultura	Secr.Assistência Social Emater	Secre.Agricultura	02 campanhas anuais	Organização grupal e inclusão de mulheres. Relatórios COMSEA.
Incentivo a participação feminina na produção	Fortalecer a participação das mulheres na produção de alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Secre.Agricultura	Secr.Assistência Social Emater	Secre.Agricultura	02 campanhas anuais	Aumento da participação feminina. Relatório CAISAN E COMSEA
Aquisição de gêneros alimentícios diversificados.	Aquisição de gêneros alimentícios diversificados, com prioridades os orgânicos, em	Secr. Educação	Secr.Agricultura	Secr. Educação	100%	Relatórios COMSEA

	cumprimento a Lei Federal do PNAE. Produzidos pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais.					
Apoio às mulheres na produção de hortas urbanas.	Apoio às mulheres na produção de hortas urbanas e rurais, bem como a produção de alimentos agroecológicos, com vistas a promoção do desenvolvimento socioambiental.	Secre.Agricultura	Secr.Assistência Social Secr.Meio Ambiente Emater	Secre.Agricultura	100%	Relatório ao COMSEA.
Apoio aos Agricultores Familiares.	Proporcionar o efetivo apoio aos agricultores familiares, ações em parceria com o Governo Federal e Estadual, de forma a proporcionar-lhes renda e qualidade de	Secre. Agricultura	Emater	Secre.Agricultura	100%	Relatório de evolução ao COMSEA

	vida dentro dos princípios de sustentabilidade e social, econômica e ecológica Articulação via SENAR para capacitação/ disponibilização de crédito do PRONAF via Banco do Brasil.					
Programa Desenvolvimento Rural Sustentável e Abastecimento	Estimular e incentivar a produção e a distribuição de alimentos saudáveis, contribuindo para segurança alimentar e nutricional das populações rurais e urbanas, preferencialmente aquelas consideradas em risco social. Organização entre as secretarias municipais envolvidas, no	Secre. Agricultura	Secr.Saúde Secr.Educação Secr.Assistência Social Emater	Secre.Agricultura	02 campanhas anuais	Relatório de evolução no aumento da produção alimentos saudáveis.

	sentido de separação do alimento com qualidade.					
Programa Desenvolvimento Rural Sustentável e Abastecimento	Apoiar ações de promoção da agroecologia no município, com vista a consolidar e ampliar a adoções de sistemas de produção baseado em seus princípios, propiciando aumento da renda para a agricultura familiar, conservação ambiental, produção de alimentos de qualidade e melhoria das condições de vida no meio rural. Assistência Técnica com qualidade assegurada a produção de alimentos livre	Secre. Agricultura	Emater Secre. Meio ambiente	Secre.Agricultura	02 Capacitações anuais 50% Visitas in locus	Relatórios de evolução.

	de agrotóxicos. Incentivar produção visando a conservação do meio ambiente.					
Assistência Técnica e Extensão Rural	Viabilizar o acesso da população rural as políticas públicas, mediante trabalho de orientação técnica dos processos produtivos agrícolas para as famílias rurais, agricultores familiares, produtores de leite, pescadores artesanais, trabalhadores rurais, promovendo a assistência técnicas, credito e extensão rural paranaense. Levar as informações	Secretaria de Agricultura	Emater	Secre.Agricultura	80% visitas de orientação	Relatórios

	sobre as políticas públicas. Elaborar projeto e dar assistência técnica para cada atividade e cada comunidade existente. Proporcionar aumento de renda a cada família rural.					
Adequação de Área Física das Escolas para Manipulação de Alimentos in natura	Adequar os espaços destinados à área de alimentação – cozinhas, depósitos e refeitórios na escolas, com o projeto modelo para novos espaços de alimentação escolar, de acordo com os critérios mínimos da vigilância sanitária. Resolução 318 e RDC 216,	Secretaria da Educação	Secr. Saúde Secr. Meio Ambiente	Secretaria da Educação	100%	Relatório COMSEA.

	com visitas á sustentabilidad e(aquecimento solar, reaproveitando de águas pluviais, reciclagem de resíduos). Realizar o suprimento e reposição de equipamentos, utensílios e mobiliários.					
Fomento a Agricultura Familiar em cumprimento a Lei Federal 11.947/09 do PNAE	Incentivar o desenvolviment o da agricultura familiar garantindo a aquisição de seus produtos.	Secretaria da Educação	Emater	Secretaria da Educação	100% orientados e compra dos produtores	Relatórios de evolução
Projeto Sistemas Agroflorestais- SAFs, para Proteção de Aguadas	Desenvolver modelos de recuperação ambiental para futuro uso múltiplo das florestas de modo sustentável e com base em técnicas agroecológicas. Cursos sobre	Secre. Agricultura	Secre. Meio ambiente Emater	Secre. Agricultura	50%	Relatórios de evolução

	conservação lavoura/floresta . Orientação sobre tipo de cultivos a implantar nas proximidades de floresta/córrego /riacho.					
Programa Nacional Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos	Coletar amostra definidas pelo Plano de Amostragem Nacional e encaminhamento de laudos insatisfatórios, para providências aos órgãos competentes (SEAB, EMATER, VISAs, Ministério Públicos Estadual, Secretaria Municipais de Saúde).	Secretaria de Saúde		Secretaria de Saúde	80%	Relatórios de evolução
Gestão de Águas e Solo Rural em Microbacias	Promover a gestão ambiental em	Secretaria do Meio Ambiente	Emater	Secretaria do Meio Ambiente	80%	Relatórios

	<p>microbacias, objetivando recuperar a capacidade produtiva dos recursos naturais, de competência da EMATER, como planejamento de uso da terra, capacitação e educação de agricultores sobre a educação ambiental, prestação de assessoria técnica e de gestão a grupos formais e informais, acesso ao programa Trator Solidário, além de organização de exposições e feiras e divulgação em programas dos sistema ATER.</p>					
Programa de Aquisição de Alimentos-	Adquirir	Sec.Assistência	Sec.Educação	Sec.Assistência Social	80%	Relatórios

PAA	alimentos produzidos por agricultores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Esses alimentos são doados simultaneamente para instituições sociais. Os beneficiários consumidores podem ser instituições não governamentais que desenvolvam trabalhos publicamente reconhecidos de atendimento às populações em situação de risco social. Orientações por uma produção de boa qualidade. Proporcionar alimento e	Social	Secr.Saúde Emater			Reuniões
-----	---	--------	----------------------	--	--	----------

renda a estas famílias.					
-------------------------	--	--	--	--	--

DIRETRIZ 3- INSTITUIÇÃO DE PROCESSOS PERMANENTES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PESQUISA E FORMAÇÃO NAS ÁREAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

Programa/ Projeto/ Ação	Ações	Responsável	Co-responsáveis	Informações Orçamentárias	Meta	Monitoramento
Desenvolver campanhas educativas referente a Política de SAN.	Trabalhar nas redes sociais campanhas educativas sobre o sistema envolvendo segurança alimentar.	Secre. Agricultura	Secr.Assistência Emater Secr.Educação Secr.Saúde	Secre. Agricultura	03 campanhas anuais	Relatórios COMSEA CAISAN
Incentivo a reeducação alimentar e atividade física.	Realizar acompanhamento de obesos, através do trabalho em grupo, a fim de auxiliar a reeducação alimentar e incentivar a atividade física, visando a perda de peso, melhora na auto estima e prevenção de doenças.	Secre.Saúde	Departamento de Esporte.	Secre.Saúde	100%	Relatórios individuais.
Boas Práticas de manipulação de alimentos e Higiene Pessoal.	Realizar palestras/capacitação em relação a Boas práticas de manipulação de alimentos e Higiene	Secre. Saúde		Secre.Saúde	02 palestras anuais	Reunião de avaliação com CAISAN.

	Pessoal.					
Orientação na rede escolar referente a desnutrição e obesidade	Realizar discussões e orientação para crianças e adolescentes da rede escolar sobre o tema desnutrição e obesidade(educação alimentar)	Sec. Educação		Sec. Educação	100% orientados	Relatórios de satisfação escolar.
Formação de Multiplicadores com o tema Obesidade Infantil e Alimentação Adequada e Saudável.	Implantação da formação de multiplicadores com professores da rede municipal de ensino, com o Tema Obesidade Infantil e Alimentação adequada e Saudável, conscientizando os mesmo sobre a importância de abordar os temas dentro de sala de aula. Formando hábitos alimentares saudáveis e promovendo reeducação alimentar entre os alunos e toda comunidade escolar.	Secre.Educação	Secr.Saúde	Sec. Educação	100% orientados	Relatórios de satisfação escolar.
Capacitação cozinheiras escolares.	Treinamento/capacitação o continuada para as cozinheiras da alimentação escolar.	Secre.Educação		Sec. Educação	100% capacitados	Relatório de satisfação escolar, alimentação e reuniões de avaliação
Capacitar os trabalhadores da Assistência Social sobre a segurança alimentar e nutricional.	Realizar capacitação sobre a política de SAN, com vistas a formar multiplicadores e orientar os usuários	Sec.Assistência Social	Secr.Educação Secr.Saúde	Sec.Assistência Social	100% capacitados	Relatórios de satisfação.

	dos serviços sobre o Direito humano a Alimentação Adequada.					
Capacitação sobre redução de desperdícios de alimentos em casa.	Realizar palestras/capacitação sobre redução de desperdícios de alimentos em casa.	Secr. Saúde	Secr.Meio Ambiente Emater Secr.Assistência Secr.Educação Secr.Meio ambiente	Secr. Saúde	01 palestra anual.	Relatórios ao COMSEA E CAISAN.
Educação Nutricional Escolar- Educação e Saúde	Através do nutricionista capacitar os professores da rede educação para promoção da alimentação saudável, bem como ações neste tema focado nos alunos.	Secretaria de Saúde	Secretaria de Educação	Secr. Saúde	100% capacitados	Relatórios de execução. Lista de presença.
Horta Escolar	Incentivar implantação de hortas escolares.	Secre. Agricultura	Secr.Educação Emater	Secre. Agricultura	01 reunião anual	Relatórios de adesão
Qualificação dos Procedimentos Processos de Trabalho	Qualificar processos de trabalho, educação permanente dos profissionais do SUS na Área de Alimentação e Nutrição.	Secretaria de Saúde		Secr. Saúde	100% qualificados	Relatório de satisfação Reunião CAISAN E CONSEA.
Promoção de Práticas Alimentares e Estilos de Vida Saudáveis	Produzir material orientativo sobre práticas alimentares e estilos de vida saudáveis para utilização em ação de educação, promoção e prevenção em saúde. Com palestra e entrega de folders	Secretaria de Saúde	Secretaria de Educação	Secr. Saúde	500 FOLDERS. UMA PALESTRA ANUAL.	Relatório de execução, satisfação. Reuniões de elaboração e monitoramento de execução.
Orientação aos usuários do PAIF E	Realizar discussões e	Secr.Assistência	Secre. Educação	Secr.Assistência Social	80% orientados	Relatórios de satisfação.

SCFV referente a desnutrição e obesidade	orientação sobre o tema desnutrição e obesidade (educação alimentar)	Social	Secre.Saúde			
--	--	--------	-------------	--	--	--

DIRETRIZ 4- PROMOÇÃO, UNIVERSALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL VOLTADAS PARA QUILOMBOLAS E DEMAIS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, POVOS INDÍGENAS E ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA.

NÃO SE APLICA.

DIRETRIZ 5 – FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO EM TODOS OS NÍVEIS DA ATENÇÃO À SAÚDE, DE MODO ARTICULADO ÀS DEMAIS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

Programa/ Projeto/ Ação	Ações	Responsável	Co-responsáveis	Informações Orçamentárias	Meta	Monitoramento
Monitoramento do Estado Nutricional dos Alunos	Realizar avaliações nutricionais da totalidade da clientela escolar anualmente, mediante verificação de peso, altura e a incidência de alunos com diabetes mellitus, intolerância à lactose e doença celíaca.	Secretaria de Educação	Secr.Saúde	Secretaria da Educação	100%	Relatório individual e coletivo.
Promover a Cantina Saudável	Cantina Saudável, de acordo com as leis 14.423/2004 e 14.855/2005, que dispõem sobre a comercialização de alimentos no ambiente escolar.	Secretaria de educação		Secretaria da Educação	100% alimentos conforme legislação.	Visitas COMSEA
Monitoramento da Situação Alimentar e Nutricional através do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)	Avaliar o estado nutricional de indivíduos para obter o diagnóstico precoce dos possíveis desvios nutricionais, seja o baixo peso ou sobrepeso, evitando as consequências decorrentes desses agravos à saúde. A vigilância Alimentar e Nutricional realizada através do SISVAN destina-se ao	Secretaria da saúde	NIS II – ESF	Secr. Saúde	80% dos identificados encaminhados para nutricionista.	Relatório mensal de acompanhamento. COMSEA.

	<p>diagnóstico descritivo e analítico da situação alimentar e nutricional da população.</p> <p>Avaliação dos pacientes que serão avaliados pela nutricionista.</p>					
Programa Saúde na Escola	<p>Estabelecer estratégias de integração da saúde e educação objetivando o desenvolvimento das ações de prevenção, promoção e atenção à saúde dos escolares, capacitando profissionais em temas relacionados à segurança alimentar e nutricional e promoção da alimentação saudável.</p> <p>Capacitação dos professores e merendeiras pela nutricionista</p> <p>Merenda escolar saudável.</p>	Secretaria da Educação e	Secretaria da Saúde.	Secretaria da Educação	100%	Questionário de satisfação.
Garantir a atenção à Saúde Materno Infantil.	<p>Cadastro e monitoramento das gestantes que realizam o pré-natal nas unidades de saúde, com oferta de consultas e exames específicos da gestação em sistema próprio e no sistema de vigilância nutricional.</p> <p>Realização de grupos de gestantes com apoio à amamentação como um</p>	Secre.Saúde		Secr. Saúde	100% gestantes acompanhadas.	Reuniões CAISAN.

	dos temas abordados. Estímulo ao aleitamento materno, individualmente a cada consulta de pré-natal.					
Prevenção e controle de carências nutricionais.	Identificação do público-alvo, monitoramento e entrega de suplemento para combater a anemia ferropiva.	Secre.Saúde		Secr. Saúde	100% acompanhados	Relatório comparativos.

DIRETRIZ 6- PROMOÇÃO DO ACESSO UNIVERSAL À ÁGUA DE QUALIDADE E EM QUANTIDADE SUFICIENTE, COM PRIORIDADE PARA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA HIDRICA E PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA PESCA E AQUICULTURA.

Programa/ Projeto/ Ação	Ações	Responsável	Co-responsáveis	Informações Orçamentárias	Meta	Monitoramento
Gestão de proteção e conservação dos recursos naturais	Implantação de Planos de Bacias. Elaborar, executar e controlar planos, programas, ações e projetos técnicos de proteção, conservação, recuperação e gestão de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, preservando e restaurando aspectos quantitativos das águas.	Secretaria do Meio Ambiente	Emater	Secre.Meio ambiente	50%	Relatórios Reuniões CAISAN, COMSEA.
Gestão de Águas, Resíduos Sólidos e Saneamento Ambiental.	Realizar estudos e executar obras de drenagem e controle de erosão, além de manutenção de aterros sanitários e perfuração de poços artesianos.	Secretaria do Meio Ambiente	Emater	Secre.Meio ambiente	70%	Relatórios Reuniões CAISAN/ COMSEA.
Gestão de Água e Solo Rural em Microbacias	Promover a gestão ambiental integrada	Secretaria do meio ambiente	Emater	Secre.Meio ambiente	70%	Relatórios Reuniões

	em microbacias, como o objetivo de recuperar a capacidade produtiva dos recursos naturais, com base na gestão de microbacias hidrográficas.					CAISA/COMSEA.
Preservação de nascentes e minas	Garantir a qualidade e preservação da água por meio de proteção de nascentes e minas.	Secre.Meio ambiente	Emater	Secre.Meio ambiente	70%	Relatórios Reuniões CAISAN/ COMSEA.
Acesso a informação a população referente a temas água e qualidade hídrica.	Mobilizar os usuários dos serviços à população para discutir sobre os temas água e qualidade hídrica.	Secre.Meio ambiente	Secr.Assistência Secr.Saúde Secr.Educação Emater	Secre.Meio ambiente	03 ENCONTROS ANUAIS	Relatórios Reuniões CAISAN/ COMSEA.
Avaliação da qualidade da água utilizada na produção de alimentos distribuídos nos programas.	Avaliar a qualidade da água na produção de alimentos que são comercializados no programa de aquisição de Alimentos e programa nacional de alimentação escolar.	Secre.Meio ambiente	Secr.Saúde/vigilância Sanitária	Secre.Meio ambiente		Relatórios Reuniões CAISAN/ COMSEA.

DIRETRIZ 7 – APOIO A INICIATIVA DE PROMOÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA EM ÂMBITO INTERNACIONAL E A NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

Não se aplica.

DIRETRIZ 8- MONITORAMENTO DA REALIZAÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

Programa/ Projeto/ Ação	Ações	Responsável	Co-responsáveis	Informações Orçamentárias	Meta	Monitoramento
Controle da Qualidade da Alimentação Escolar.	Garantir a qualidade e segurança alimentar dos gêneros alimentícios adquiridos.	Secretaria de Educação	Secr.Saúde	Secretaria de Educação	100%	Relatórios Reuniões CAISAN/ COMSEA.
Monitoramento da Rotulagem de Produtos Hortícolas	Orientação sobre a Rotulagem de Produtos Hortícolas in natural, a granel e embalados e colaborar na execução das ações físicas. Monitoramento e	Secretaria de Saúde	Emater	Secretaria de Saúde	100% orientados	Relatórios Reuniões CAISAN/ COMSEA.

	fiscalização pela VISA E EMATER.					
Consolidação da Política e do Sistema de SAN	Desenvolver programas, projetos e ações que promovam a SAN no município e também prestar apoio técnico e administrativo ao COMSEA.	CAISAN	COMSEA		80% consolidado ao final o plano.	Relatórios Reuniões CAISAN/ COMSEA.
Promover audiências públicas sobre SAN.	Promover audiências públicas anuais para monitorar a execução do Plano Municipal de SAN.	Secr. Assistência Social	Secr.Saúde Secr.Educação Emater CAISAN-COMSEA		01 audiência anualmente.	Relatórios Reuniões CAISAN/ COMSEA.
Avaliação do Plano junto a CAISAN E COMSEA.	Realizar avaliação do Plano de SAN através discussões da CAISAN e apresentação no COMSEA.	CAISAN	COMSEA		03 reuniões anuais.	Relatórios Reuniões CAISAN/ COMSEA.
Capacitar CAISAN e COMSEA	Separar recursos para contratar palestrante e/ou enviar os conselheiros e membros da CAISAN para capacitação referente Segurança Alimentar e nutricional.	Secr. Assistência	Secr. Saúde Secr. Educação Secr. Meio Ambiente		100% capacitados.	Relatórios Reuniões CAISAN/ COMSEA.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Este plano será avaliado e aperfeiçoado ao longo do desenvolvimento das atividades, com o objetivo de registrar alterações necessárias e aprimorar suas ações. Trata-se de um instrumento de Planejamento e logo, se adequará conforme as condições que se estabelecerem no âmbito das oportunidades nas três esferas de governo, com a criação de novos programas e extinção de outros, de acordo com o que for preconizado pelas Políticas.

Cada programa, projeto ou serviço tem previsto no sistema de monitoramento e avaliação, de forma qualitativa e quantitativa, cujo resultado deverá embasar anualmente a atualização do Plano Municipal.

Caberá as Secretarias Municipais envolvidas e aos Conselhos Municipais o acompanhamento das metas e ações previstas neste documento, assim como a avaliação anual dos objetivos atingidos e metas a serem repactuadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

Acesso em: 11 de Abr. de 2017.

TABCAD.CADÚNICO. Dados referente a população com 60 anos ou mais, disponibilizados pelo MDSA. Disponível em:< <https://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico>>. Acesso em: 19 de Abr. de 2017.

IBGE. 2010. Dados de Porto Rico. Estudos e Pesquisa: Informação Demográfica e Socioeconômica. Disponível em: <

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=412020>>. Acesso em: 19 de Abr de 2017.

SISVAN-Sistema de Vigilância Sanitária e Nutricional. Disponível em<

http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/sisvan/login.php?acesso_negado=true> Acesso em: 25 de Mai de 2017.

DECRETO Nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: 07 de Jun de 2017.

Plano Estadual de Segurança alimentar e Nutricional do Paraná. Disponível em:

<http://www.consea.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=550> Acesso em: 07 de Junh de 2017.

DECRETO Nº 23000/2014 de 07 de novembro de 2014. Cria a Câmara Municipal Intersetorial de SAN de Porto Rico. (Documentos internos)

Lei 1086/2013, de 04 de Dezembro de 2013. Cria os componentes de SAN em Porto Rico. (Documentos internos)

Decreto nº 2244/2014, de 22 de julho de 2014. Cria o COMSEA de Porto Rico.

Programa de alimentação Escolar. Disponível em:

<<http://www.fn-de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 27 de Junho de 2017.